

III fórum **instituto acende Brasil**

POLÍTICA TARIFÁRIA

Distribuição de Energia Elétrica
e os Desafios do 2º Ciclo de
Revisão das Tarifas

Objetivos

- ❑ **Realizar um balanço do processo de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras e seus reflexos sobre as empresas e a sociedade**
- ❑ **Debater as principais questões do 2º Ciclo de Revisão Tarifária das Distribuidoras, apontar distorções e propor alternativas para o aprimoramento das regras**
- ❑ **Analisar o papel das distribuidoras e do governo nos programas de promoção do desenvolvimento econômico e social**
- ❑ **Compartilhar com reguladores e profissionais do setor questionamentos e reflexões de executivos e especialistas na área de regulação**

Cadernos de Política Tarifária

Objetivos:

- ❑ Avaliar o ambiente regulatório onde operam as distribuidoras, sua evolução e tendências
- ❑ Analisar os principais componentes do processo de Revisão Tarifária Periódica e seu efeito sobre a sustentabilidade do setor



Agenda

Painel I – Balanço do Processo de Revisão Tarifária

10:00 – 12:30

- Política Tarifária e Regulação por Incentivos
- Empresa de Referência
- Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica

Almoço

12:30 – 14:00

Painel II – Distribuidoras e Desenvolvimento Econômico e Social

14:00 – 16:30

- Programa de Universalização
- Tarifa de Baixa Renda
- Perdas e Inadimplência

Encerramento

16:30 – 16:45

Debatedores

Sidney Rezende

Moderador

Claudio J. D. Sales

Presidente

- Instituto Acende Brasil

Danilo Dias

Vice Presidente de Assuntos

Regulatórios e Estratégia

- Energisa

Fernando Alvarez

Diretor Executivo

- Siglasul

Hélio Puttini Jr.

Diretor de Assuntos Regulatórios

- CPFL

José Simões

Consultor de Regulação

- Energias do Brasil

Sergio Assad

Diretor Executivo de Assuntos

Regulatórios e Institucionais

- AEI / Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Painel I Balanço do Processo de Revisão Tarifária

#1 OUTUBRO 2017

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Consultoria em Energia.

Política Tarifária e Regulação por Incentivos

Sumário Executivo

- A regulação deve promover um ambiente seguro e confiável que estimule os investimentos, o contínuo aumento da produtividade das empresas, o aprimoramento dos serviços e a modicidade tarifária.
- O regime de Regulação por Incentivos, se adequadamente implementado, estimula as empresas a aumentar sua produtividade e compartilhar este resultado com os consumidores na forma de redução da parcela da tarifa destinada à remuneração dos custos e investimentos das distribuidoras.
- Para ser adequadamente implementada, a Regulação por Incentivos deve respeitar alguns princípios quanto à qualidade das regras e do processo regulatório.
 - Regras:** as regras ou metodologias devem ser coerentes, claras, legais e previsíveis.
 - Processo regulatório:** os processos de decisão do regulador devem ser transparentes para toda a sociedade e estar abertos para a participação das partes interessadas.
- Apesar de alguns sinais que apontam para o aprimoramento das metodologias do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras (RTP), outros critérios e procedimentos adotados pelo regulador não têm sido respeitados ou respeitados acuradamente.
 - A instauração de regras e regras no segundo ciclo, mantendo a mesma provisoriedade das metodologias que já havia comprometido os resultados do ciclo anterior.
 - O processo regulatório tem estabelecido exigências adicionais às distribuidoras sem a devida avaliação e discussão de seu impacto nas tarifas. Isso produz uma inadequada atualização de preços aos consumidores e prejudica os incentivos para que se promova a melhoria dos serviços no longo prazo.
 - Algumas agências ou modelos e critérios de cálculo da tarifa têm sido realizados sem uma prévia discussão com os agentes do setor, causando inconsistências entre as regras do primeiro e segundo ciclos de RTP e tornando inviáveis as metas de eficiência sinalizadas no passado.
- Este é o primeiro de uma série de cadernos que analisarão a Política Tarifária do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. O objetivo desta série é analisar o processo regulatório do setor e avaliar a adequação das práticas adotadas nas revisões tarifárias aos princípios básicos da Regulação por Incentivos. Os próximos cadernos terão análises aprofundadas sobre aspectos de Política Tarifária e sobre temas específicos do processo de Revisão Tarifária.

Os cadernos agora estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#3 FEVEREIRO 2018

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Consultoria em Energia.

Empresa de Referência

Sumário Executivo

- O sucesso da Regulação por Incentivos adotada no Brasil depende da criação de um ambiente estável e previsível que induza as empresas a aumentar sua produtividade e compartilhar os ganhos obtidos com o consumidor.
- Exatamente, o modelo atualmente utilizado para determinar os custos operacionais eficientes das empresas (Empresa de Referência) não tem alcançado estes objetivos.
 - O modelo é complexo e de difícil entendimento por parte dos agentes, o que favorece a discricionariedade do regulador.
 - Os resultados previstos e instáveis decorrentes da falta de um modelo definitivo fazem com que as empresas desconfiem ou alvo regulatório a ser alcançado.
 - O modelo não considera todos os custos associados às obrigações impostas às empresas pela legislação vigente e pelo regulador.
- Todos esses fatores prejudicam a qualidade da regulação e os incentivos para que as empresas aumentem sua produtividade de forma contínua e sustentável.
- Muitos dos problemas identificados poderiam ser resolvidos com a adoção de uma metodologia mais simples, desde que implementada de forma imparcial e objetiva pelo órgão regulador.
- Dentre as alternativas existentes, a metodologia de Benchmarking Regulatório se mostra a mais adequada à realidade brasileira, pois:
 - É um método mais simples, objetivo e representativo da realidade.
 - Permite avaliar a razoabilidade dos resultados finais, evitando distorções que onerem os consumidores ou as empresas.
 - Preserva a lógica de regulação por incentivos atualmente em vigor.
 - O Brasil é um dos poucos países no mundo que possui um grande número de distribuidoras, o que é um pré-requisito para a aplicação do modelo.
- Esta forma sugere-se:
 - Um rápido aprimoramento da metodologia de Empresa de Referência para o segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, preservando a coerência com as regras definidas no primeiro ciclo.
 - A aplicação de um modelo de Benchmarking Regulatório a partir do terceiro ciclo de RTP, após ampla discussão com os agentes do setor.
 - O respeito aos princípios de coerência, clareza, legalidade, previsibilidade e imparcialidade da regulação, visto que a mudança de modelo, embora solucionasse muitos dos problemas identificados, não torna as empresas imunes aos riscos de uma visão enviesada do regulador.

Os cadernos agora estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#4 DEZEMBRO 2017

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Consultoria em Energia.

Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica

Sumário Executivo

- No setor elétrico, o consumidor não tem a liberdade de escolher sua distribuidora de energia, o que requer a atuação de um órgão regulador para definir o valor da tarifa e um padrão mínimo de qualidade dos serviços por ela prestados.
- Uma regulação eficiente sobre o padrão de qualidade dos serviços deve equacionar adequadamente uma série de fatores:
 - O impacto tarifário causado pelo investimento e custos operacionais necessários ao aprimoramento dos serviços.
 - A disposição dos consumidores de pagar mais caro pela energia para viabilizar a melhoria na qualidade dos serviços.
 - As penalidades impostas sobre as empresas que não cumprem com os níveis de qualidade determinados na regulação.
- A atual regulação brasileira sobre o tema possui distorções que comprometem a satisfação dos consumidores e os incentivos para que as empresas cumpram as metas de qualidade estipuladas.
 - O critério de comparação de empresas utilizado para definir as metas de qualidade é pouco realista e gera desequilíbrios entre os custos e benefícios incorridos no aprimoramento dos serviços.
 - A definição das metas de qualidade não leva em conta a disposição dos consumidores de pagar o impacto tarifário associado ao aprimoramento dos serviços.
- Propõe-se que seja desenvolvida uma metodologia que crie metas aderentes ao real interesse da sociedade por maior qualidade e que estabeleça um equilíbrio entre seus custos e benefícios para os consumidores.
- Dado que esta metodologia não pode ser desenvolvida imediatamente, sugere-se que sua implementação ocorra partindo do 1º Ciclo de Revisão Tarifária.
- Para o 2º Ciclo, propõe-se o aperfeiçoamento da metodologia vigente para:
 - Complementar o conjunto de atributos utilizado para comparar as empresas de forma que as metas de qualidade sejam mais realistas.
 - Flexibilizar as regras vigentes para as empresas cujas metas de qualidade possam produzir desequilíbrios econômico-financeiros para seu atendimento, compartilhando as metas de qualidade com a capacidade de pagamento dos consumidores, principalmente em regimes de menor renda.

Os cadernos agora estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

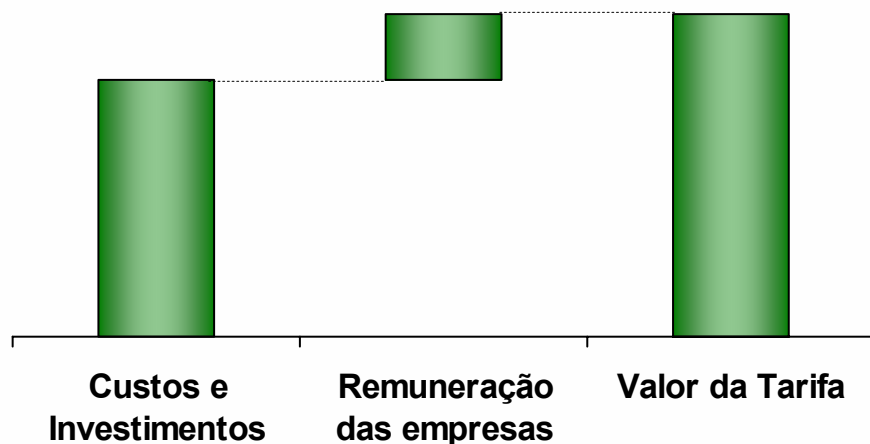
Regulação por Incentivos

Histórico

Reforma

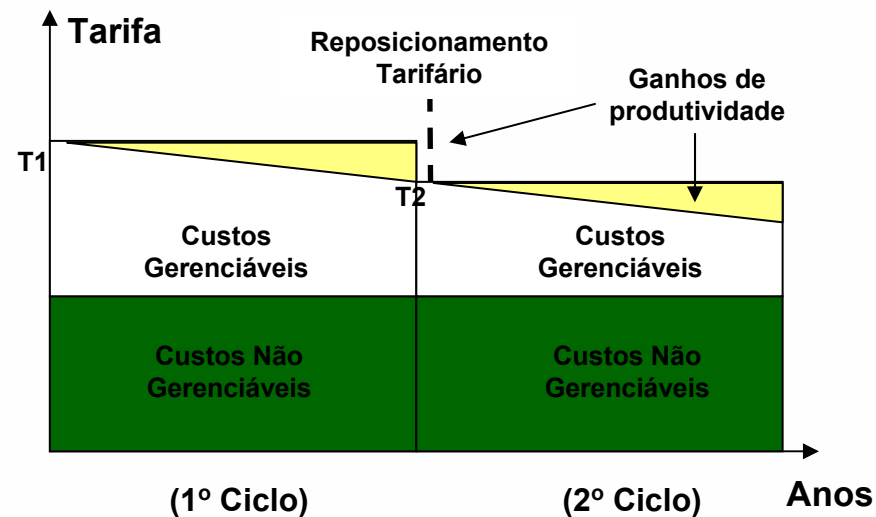
Regulação pelo Custo do Serviço

- Realizado Periodicamente -



Ausência de incentivos à racionalidade dos custos e prudência nos investimentos

Regulação por Incentivos



Incentivos para o aumento de produtividade e compartilhamento dos ganhos com os consumidores

Regulação por Incentivos

Princípios

Curva do *Benchmark Regulatório*
(1º ciclo de Revisão Tarifária Periódica)

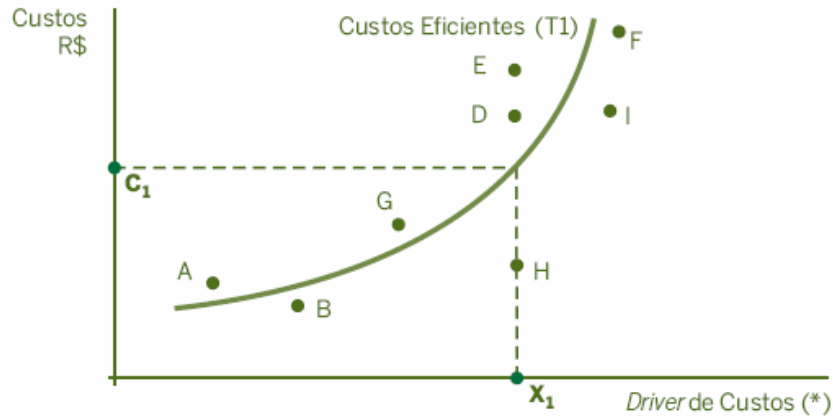


Gráfico 2a

Curva *Benchmark Regulatório*
(2º ciclo de Revisão Tarifária Periódica)

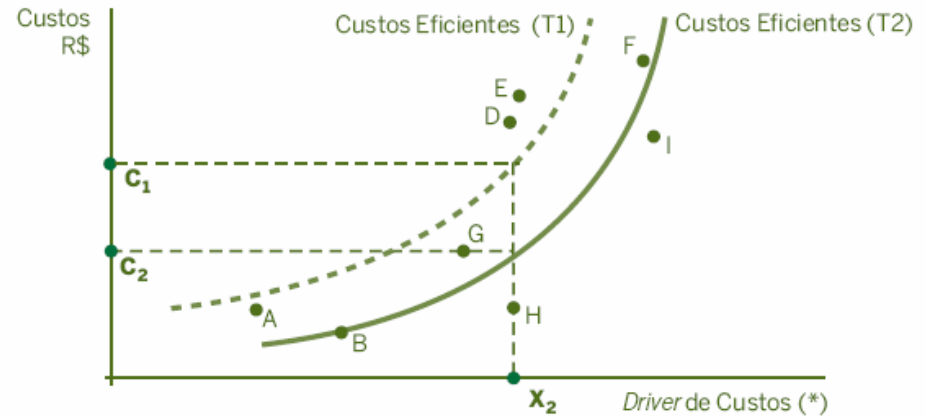


Gráfico 2c

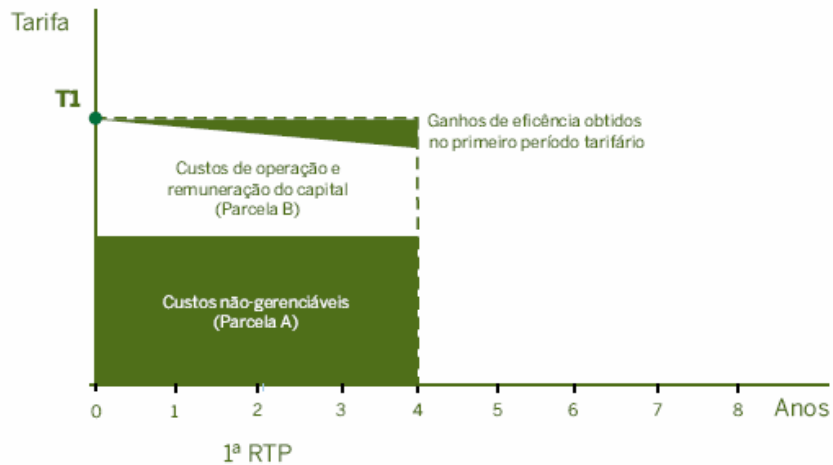


Gráfico 2b

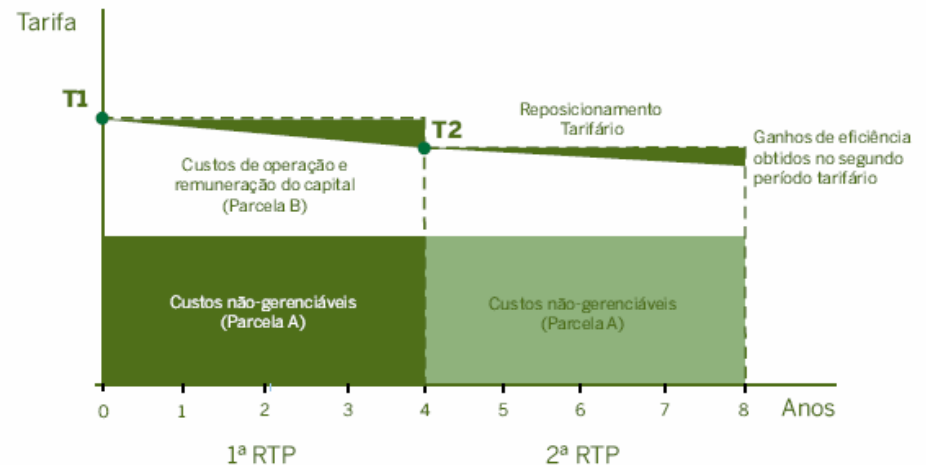


Gráfico 2d

Regulação por Incentivos

Princípios

Qualidade das Regras

Coerência

- Regras pré-definidas
- Regras não retroativas

Clareza

- Metodologias e regras que evitam interpretações ambíguas ou controversas

Legalidade

- Respeito às leis e ao contrato de concessão

Previsibilidade

- Regras estáveis
- Mudança somente após claras justificativas e discussão com os agentes

Qualidade do Processo Regulatório

Transparência

- Clareza quanto aos critérios adotados
- Linguagem acessível

Comunicação e Participação

- Disponibilidade de informações e documentos antes da tomada de decisão
- Direito dos agentes opinarem com tempo suficiente para análise
- Direito de obter respostas do regulador às contribuições enviadas

Regulação por Incentivos

Diagnóstico e Propostas

Diagnóstico:

Dimensão	Desvios Observados
Qualidade das Regras	<ul style="list-style-type: none">▪ Indefinição de regras em muitos temas▪ Estabelecimento de metas inatingíveis▪ Instabilidade de regras já definidas▪ Discricionariedade no ajuste de metodologias
Qualidade do Processo Regulatório	<ul style="list-style-type: none">▪ Participação dos agentes prejudicada pela dificuldade de resposta sobre contribuições▪ Falhas na Transparência do processo

Proposta:

- Novo empenho do regulador para concluir as metodologias da Revisão Tarifária em caráter de urgência

Painel I Balança do Processo de Revisão Tarifária

#1 OUTUBRO 2017

Capadernos de Política Tarifária ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos, com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia, pelo Acende Brasil.

Política Tarifária e Regulação por Incentivos

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera na distribuição de energia elétrica, a metodologia e ferramentas tarifárias utilizadas para o processo de revisão tarifária e o regime de Regulação por Incentivos. Para isso, são feitos testes e questionamentos sobre:

- #1 POLÍTICA TARIFÁRIA E REGULAÇÃO POR INCENTIVOS
- #2 A REGULATÓRIA DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #3 EMPRESA DE REFERÊNCIA
- #4 TARIFAS E QUALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #5
- #6
- #7

Os cadernos podem ser acessados em www.acendebrasil.com.br

#3 DEZEMBRO 2017

Capadernos de Política Tarifária ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos, com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia, pelo Acende Brasil.

Empresa de Referência

Sumário Executivo

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera na distribuição de energia elétrica, a metodologia e ferramentas tarifárias utilizadas para o processo de revisão tarifária e o regime de Regulação por Incentivos. Para isso, são feitos testes e questionamentos sobre:

- #1 POLÍTICA TARIFÁRIA E REGULAÇÃO POR INCENTIVOS
- #2 A REGULATÓRIA DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #3 EMPRESA DE REFERÊNCIA
- #4 TARIFAS E QUALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #5
- #6
- #7

Os cadernos podem ser acessados em www.acendebrasil.com.br

#4 DEZEMBRO 2017

Capadernos de Política Tarifária ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos, com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia, pelo Acende Brasil.

Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica

Sumário Executivo

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera na distribuição de energia elétrica, a metodologia e ferramentas tarifárias utilizadas para o processo de revisão tarifária e o regime de Regulação por Incentivos. Para isso, são feitos testes e questionamentos sobre:

- #1 POLÍTICA TARIFÁRIA E REGULAÇÃO POR INCENTIVOS
- #2 A REGULATÓRIA DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #3 EMPRESA DE REFERÊNCIA
- #4 TARIFAS E QUALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- #5
- #6
- #7

Os cadernos podem ser acessados em www.acendebrasil.com.br

Empresa de Referência

Diagnóstico

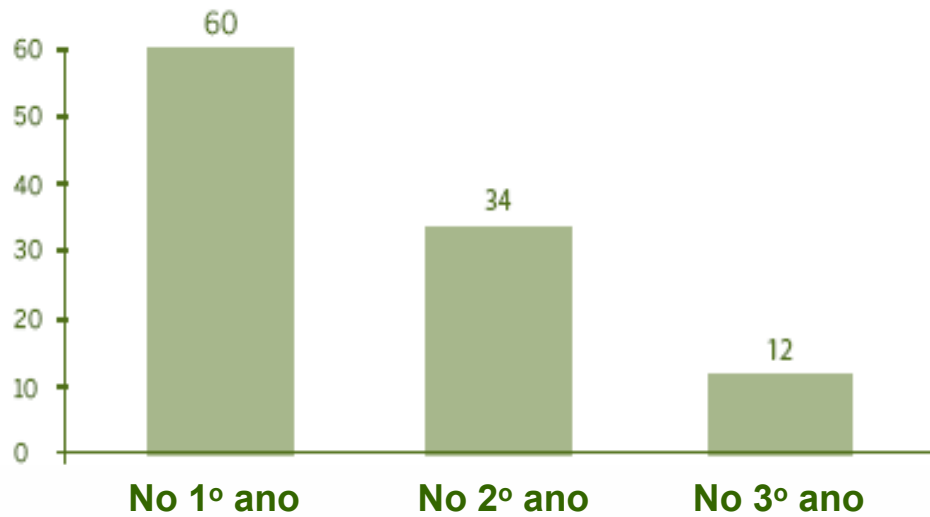
Empresa de Referência: Empresa virtual de distribuição de energia que, em teoria, presta o serviço de forma eficiente nas mesmas condições e ambiente em que a empresa real desenvolve suas atividades

- O modelo de Empresa de Referência é complexo, o que favorece o surgimento de controvérsias e o estabelecimento de resultados discricionários
- A existência de resultados instáveis e provisórios, decorrentes da falta de uma metodologia definitiva, enfraquece os incentivos da regulação
- O modelo não considera todos os custos associados às obrigações impostas às empresas pela legislação vigente e pelo regulador

Empresa de Referência

Exemplos

Provisoriamente: Atraso na Definição de Resultados



Número de empresas com alteração na empresa de referência após homologação dos resultados

Fonte: Siglasul, com base em Notas Técnicas ANEEL do 1º ciclo de RTP das 61 concessionárias.

Discricionariamente: Custos Operacionais x Mercado



Nota: Custos da Bandeirante em moeda de outubro de 2007.

Fonte: Siglasul

Empresa de Referência

Propostas

- ❑ **Rápido aprimoramento das regras do 2º Ciclo, preservando a coerência com as regras definidas no 1º Ciclo**

- ❑ **Adoção da metodologia de *Benchmarking* Regulatório a partir do 3º ciclo**
(próximo slide)

Empresa de Referência

Propostas

	Empresa de Referência	Benchmarking
Vantagens	<ul style="list-style-type: none">• Permite capturar as particularidades das empresas	<ul style="list-style-type: none">• Simples• Representativo da realidade• Não Invasivo
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none">• Complexo e detalhado• Invasivo• De difícil reprodução• Não permite analisar a razoabilidade dos custos	<ul style="list-style-type: none">• Requer informações padronizadas e Contabilidade Regulatória• Requer a estruturação de banco de dados com número significativo de empresas <p>Essas desvantagens não ocorrem no Brasil, onde há 64 distribuidoras</p>

Painel I

Balanco do Processo de Revisão Tarifária

#1 OUTUBRO 2011

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS



Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Consultoria em Energia

Política Tarifária e Regulação por Incentivos

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera as distribuidoras de energia elétrica, a metodologia e o processo de revisão tarifária e o regime de regulação por incentivos. Permite aos agentes do setor avaliar o impacto de uma política tarifária e a regulamentação por incentivos.


Sumário Executivo

- A regulação deve promover um ambiente seguro e confiável que estimule os investimentos, o crescimento da produtividade das empresas, o aprimoramento dos serviços e a modernização da tarifa.
- O regime de Regulação por Incentivos, se adequadamente implementado, estimula as empresas a aumentar sua produtividade e compartilhar este resultado com os consumidores na forma de redução da parcela da tarifa destinada à remuneração dos custos e investimentos das distribuidoras.
- Para ser adequadamente implementada, a Regulação por Incentivos deve respeitar alguns princípios quanto à qualidade das regras e do processo regulatório.
 - Regras:** as regras ou metodologias devem ser coerentes, claras, legais e previsíveis.
 - Processo regulatório:** os processos de decisão do regulador devem ser transparentes para toda a sociedade e estar abertos para a participação das partes interessadas.
- Apesar de alguns sinais que apontam para o aprimoramento das metodologias do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras (RTP), muitos critérios e procedimentos adotados pelo regulador não têm respeito aos princípios acima.
 - A implementação de regras se repete no segundo ciclo, mantendo a mesma essencialidade das metodologias que já havia comprometido os resultados do ciclo anterior.
 - O processo regulatório tem estabelecido exigências adicionais às distribuidoras sem a devida avaliação e discussão de seu impacto nas tarifas. Isso provoca uma inadequada sinalização de preços aos consumidores e prejudica os incentivos para que se promova a melhoria dos serviços no longo prazo.
 - Alguns agentes nos modelos e critérios de cálculo da tarifa têm sido realizados sem uma prévia discussão com os agentes do setor, causando incertezas entre as regras do primeiro e segundo ciclos de RTP e tornando inválidas as metas de eficiência sinalizadas no passado.
- Este é o primeiro de uma série de cadernos que analisarão a Política Tarifária do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. O objetivo desta série é analisar o processo regulatório do setor e avaliar a adequação das práticas adotadas nas revisões tarifárias aos princípios básicos da Regulação por Incentivos. Os próximos cadernos terão análises aprofundadas sobre conceitos de Política Tarifária e sobre temas específicos do processo de Revisão Tarifária.

Os cadernos podem ser obtidos gratuitamente em www.acendebrasil.com.br

#3 DEZEMBRO 2011

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS



Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Consultoria em Energia

Empresa de Referência

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera as distribuidoras de energia elétrica, a metodologia e o processo de revisão tarifária e o regime de regulação por incentivos. Permite aos agentes do setor avaliar o impacto de uma política tarifária e a regulamentação por incentivos.


Sumário Executivo

- O processo da Regulação por Incentivos adotada no Brasil depende da criação de um ambiente estável e previsível que induza as empresas a aumentar sua produtividade e compartilhar os ganhos obtidos com o consumidor.
- Entretanto, o modelo atualmente utilizado para determinar os custos operacionais eficientes das empresas (Empresa de Referência) não tem alcançado estes objetivos.
 - O modelo é complexo e de difícil entendimento por parte dos agentes, o que favorece a discricionariedade do regulador.
 - Os resultados provisórios e instáveis decorrentes da falta de um modelo definitivo fazem com que as empresas desconhecem o alvo regulatório a ser alcançado.
 - O modelo não considera todos os custos associados às obrigações impostas às empresas pela legislação vigente e pelo regulador.
- Todos esses fatores prejudicam a qualidade da regulação e os incentivos para que as empresas aumentem sua produtividade de forma contínua e sustentável.
- Muitos dos problemas identificados poderiam ser resolvidos com a adoção de uma metodologia mais simples, desde que implementada de forma imparcial e objetiva pelo órgão regulador.
- Dentre as alternativas existentes, a metodologia de Benchmarking Regulatório se mostra a mais adequada à realidade brasileira, pois:
 - É um método mais simples, objetivo e representativo da realidade.
 - Permite avaliar a razoabilidade dos resultados finais, evitando distorções que onerem os consumidores ou às empresas.
 - Preserva a lógica de regulação por incentivos atualmente em vigor.
 - O Brasil é um dos poucos países no mundo que possui um grande número de distribuidoras, o que é um pré-requisito para a aplicação do modelo.
- Desta forma sugere-se:
 - Um rápido aprimoramento da metodologia de Empresa de Referência para o segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, preservando a coerência com as regras definidas no primeiro ciclo.
 - A aplicação de um modelo de Benchmarking Regulatório a partir do terceiro ciclo de RTP, após ampla discussão com os agentes do setor.
 - O respeito aos princípios de coerência, clareza, legalidade, previsibilidade e imparcialidade da regulação, visto que a mudança de modelo embora solucione muitos dos problemas identificados, não torna as empresas imunes aos riscos de uma visão enviesada do regulador.

Os cadernos podem ser obtidos gratuitamente em www.acendebrasil.com.br

#4 DEZEMBRO 2011

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS



Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Consultoria em Energia

Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica

Este livro de cadernos avalia o ambiente regulatório que opera as distribuidoras de energia elétrica, a metodologia e o processo de revisão tarifária e o regime de regulação por incentivos. Permite aos agentes do setor avaliar o impacto de uma política tarifária e a regulamentação por incentivos.

Sumário Executivo

- No setor elétrico, o consumidor não tem a liberdade de escolher sua distribuidora de energia, o que requer a atuação de um órgão regulador para definir o valor da tarifa e um padrão mínimo de qualidade dos serviços por ela prestados.
- Uma regulação eficiente sobre o padrão de qualidade dos serviços deve equacionar adequadamente uma série de fatores.
 - O impacto tarifário causado pelo investimento e custos operacionais necessários ao aprimoramento dos serviços.
 - A disposição dos consumidores de pagar mais caro pela energia para viabilizar a melhoria na qualidade dos serviços.
 - As penalidades incidentes sobre as empresas que não cumprem com os níveis de qualidade determinados na regulação.
- A atual regulação brasileira sobre o tema possui distorções que comprometem a satisfação dos consumidores e os incentivos para que as empresas cumpram as metas de qualidade estipuladas.
 - O critério de comparação de empresas utilizado para definir as metas de qualidade é pouco realista e gera desequilíbrios entre os custos e benefícios incorridos no aprimoramento dos serviços.
 - A definição das metas de qualidade não leva em conta a disposição dos consumidores de pagar o impacto tarifário associado ao aprimoramento dos serviços.
 - Propõe-se que seja desenvolvida uma metodologia que crie metas aderentes ao real interesse da sociedade por maior qualidade e que estabeleça um equilíbrio entre seus custos e benefícios para os consumidores.
- Dado que esta metodologia não pode ser desenvolvida imediatamente, sugere-se que sua implementação ocorra a partir do 3º ciclo de Revisão Tarifária.
- Para o 3º Ciclo, propõe-se o aperfeiçoamento da metodologia vigente para:
 - Complementar o conjunto de atributos utilizado para comparar as empresas de forma que as metas de qualidade sejam mais realistas.
 - Flexibilizar as regras vigentes para as empresas cujas metas de qualidade possam produzir desequilíbrios econômico-financeiros para seu atendimento, compartilhando as metas de qualidade com a capacidade de pagamento dos consumidores, principalmente em regiões de menor renda.

Os cadernos podem ser obtidos gratuitamente em www.acendebrasil.com.br

Qualidade na Distribuição de Energia

Diagnóstico

Qualidade do produto: suprimento de energia conforme requisitos técnicos mínimos para garantir o bom funcionamento de máquinas e equipamentos

Qualidade do serviço: continuidade do fornecimento de energia, ou seja, a ausência de interrupções

- ❑ **As metas não refletem os reais custos operacionais e investimentos para alcançá-las, pois o critério de comparação de empresas é incompleto**
- ❑ **A definição das metas de qualidade não leva em conta a disposição dos consumidores de pagar a tarifa associada ao aprimoramento dos serviços.**

Qualidade na Distribuição de Energia

Princípios

		Tarifas Incorporam Efeitos de Qualidade dos Serviços	
		Sim	Não
Metas de Qualidade Incorporam Disposição a Pagar dos Consumidores	Sim	Caso 1 Tarifas e Metas de Qualidade Justas	Caso 2 Ameaça à Sustentabilidade do Setor
	Não	Caso 3 Consumidores "Insatisfeitos"	Caso 4 Ameaça à Sustentabilidade do Setor Consumidores "Insatisfeitos"

Caso 2: Metas de qualidade sem contrapartida nas tarifas, comprometendo o equilíbrio econômico das empresas.

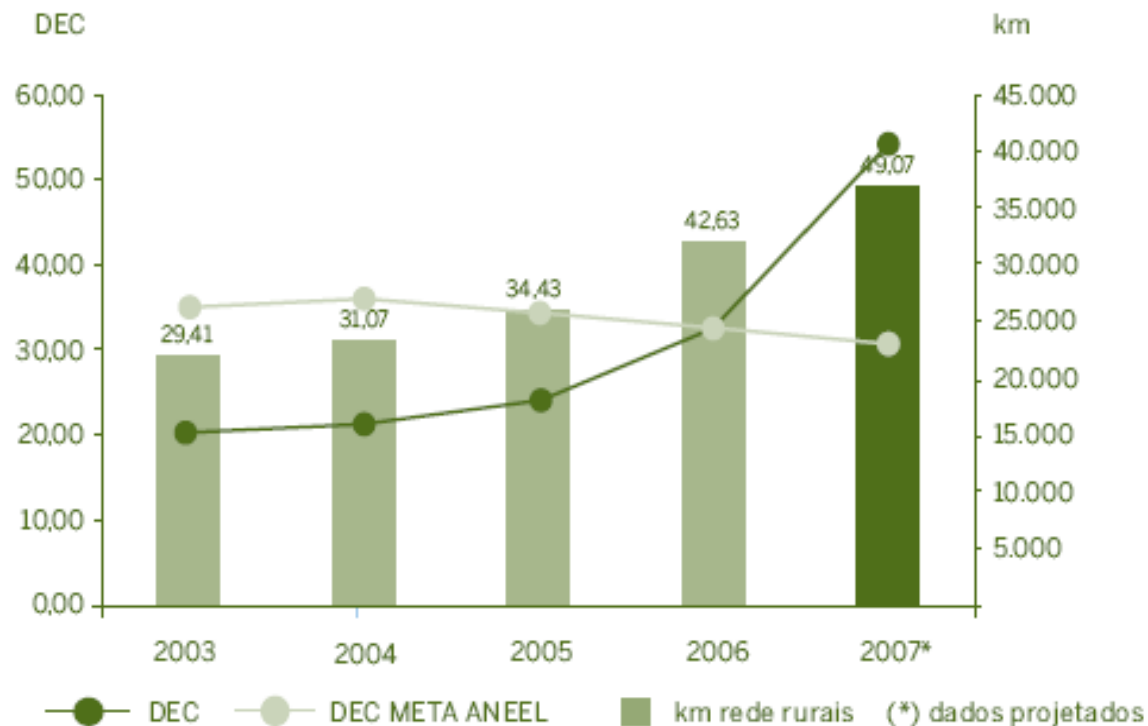
Caso 3: As tarifas refletem a qualidade estabelecida, mas não consideram a disposição a pagar da sociedade

Caso 4: Não há recursos tarifários para o alcance das metas e o nível de qualidade estabelecido não reflete o desejo da sociedade

Qualidade na Distribuição de Energia

Exemplo

Celpa – Universalização x Metas de Qualidade



- ❑ Redes rurais não possuem redundância e cobrem grandes extensões, o que prejudica a qualidade do serviço
- ❑ As metas de qualidade estabelecidas não refletem a maior participação das redes rurais
- ❑ A empresa, que sempre cumpriu as metas, passa a não atender o nível de exigência incompatível com sua nova realidade

Qualidade na Distribuição de Energia

Propostas

Para o 2o Ciclo de Revisão Tarifária

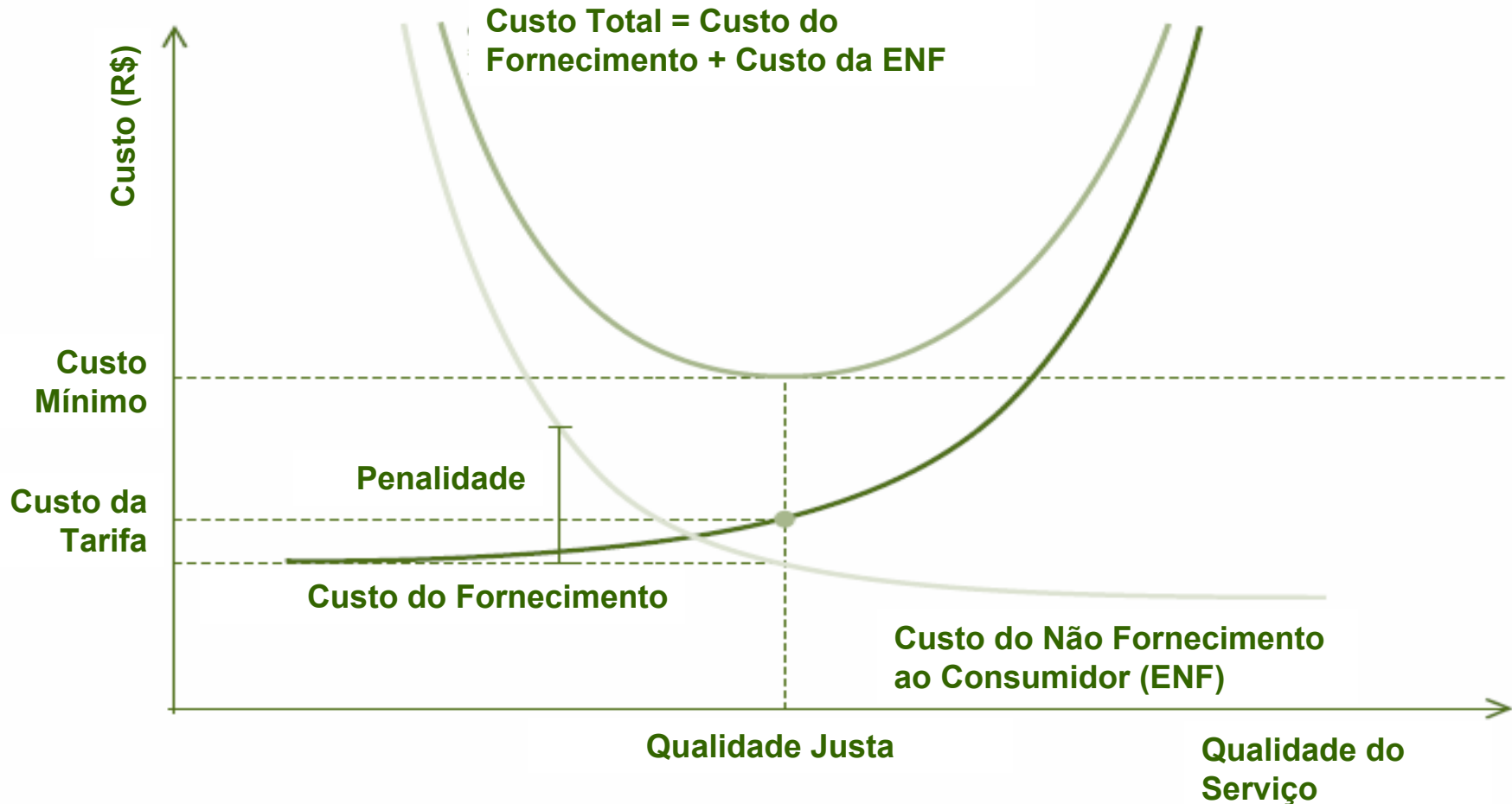
- ❑ Aperfeiçoar o conjunto de atributos usados para comparar as empresas para que as metas de qualidade sejam mais realistas
- ❑ Flexibilizar as regras quando as metas de qualidade gerarem desequilíbrios econômico-financeiros para seu atendimento
- ❑ Compatibilizar as metas de qualidade com a capacidade de pagamento dos consumidores, principalmente em regiões de menor renda

Para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária

- ❑ Desenvolver metodologia que estabeleça um equilíbrio entre custos e benefícios para os consumidores e seja aderente ao real interesse da sociedade por maior qualidade (próximo slide)

Qualidade na Distribuição de Energia

Metodologia de Equilíbrio de Custos



Painel I

Resumo das Propostas

Regulação por Incentivos

- ❑ Novo empenho do regulador para concluir as metodologias em caráter de urgência

Empresa de Referência

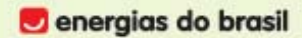
- ❑ 2º Ciclo: Rápido aprimoramento das regras, preservando a coerência com 1º Ciclo
- ❑ 3º Ciclo: Adoção da metodologia de Benchmarking Regulatório

Qualidade na Distribuição de Energia

- ❑ Aperfeiçoar os atributos utilizados para comparar as empresas
- ❑ Flexibilizar as regras quando as metas de qualidade gerarem desequilíbrios econômico-financeiros para seu atendimento
- ❑ Compatibilizar metas de qualidade com a capacidade de pagamento do consumidor
- ❑ Para o 3º Ciclo, desenvolver metodologia que equilibre custos e benefícios para os consumidores e seja aderente ao real interesse da sociedade por maior qualidade

Saiba mais em:
www.acendebrasil.com.br

Patrocínio:



Agenda

Painel I – Balanço do Processo de Revisão Tarifária

10:00 – 12:30

- Política Tarifária e Regulação por Incentivos
- Empresa de Referência
- Tarifas e Qualidade na Distribuição de Energia Elétrica

Almoço

12:30 – 14:00

Painel II – Distribuidoras e Desenvolvimento Econômico e Social

14:00 – 16:30

- Programa de Universalização
- Tarifa de Baixa Renda
- Perdas e Inadimplência

Encerramento

16:30 – 16:45

Debatedores

Claudio J. D. Sales

Presidente

- Instituto Acende Brasil

Fabiano Carvalho

Superintendente de

Regulação

- Neoenergia

Fernando Alvarez

Diretor Executivo

- Siglasul

Sidney Rezende

Moderador

José Alves

*Diretor de Regulação e Gestão de
Energia - Ampla*

- Endesa

Paulo Born

*Diretor de Desenvolvimento da
Concessão*

- Light

Painel II

Distribuidoras e Desenvolvimento Econômico e Social

#2 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Sigapet/Conselheiros em Energia.

A Universalização dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Este volume do caderno aborda o ambiente regulatório em que operam as distribuidoras de energia elétrica, sua atuação e desafios. Também aborda o modelo de concessão de serviços de distribuição de energia elétrica, a política tarifária e sua evolução sob a supervisão do setor.

Sumário Executivo

- O Programa Tar para Todos (PTT) é uma política pública de responsabilidade do Estado e tem os objetivos de universalizar o serviço de eletricidade e promover a inclusão social.
- Os programas de universalização da distribuição de energia elétrica apresentam as seguintes características:
 - Alto investimento para expansão da rede, devido à conexão de clientes distantes da infraestrutura existente;
 - Alto custo operacional decorrente do aumento das distâncias e consequente redução da produtividade das equipes de operação e manutenção de redes;
 - Baixa capacidade e baixa capacidade de pagamento dos serviços pela população beneficiada, normalmente localizada em regiões de menor desenvolvimento econômico.
- Devem ser essas características, a falta de ter pago pelos clientes beneficiados é insustentável para cobrir os demais custos do programa, o que exige do governo a compreensão do déficit gerado por esses consumidores.
- Cabe ao Estado regular os benefícios e os custos sociais de um programa dessa natureza e definir os subsídios necessários para viabilizar sua sustentabilidade.
- Da forma como está sendo conduzido o PTT não é sustentável, pois, apesar de estabelecer fontes de recursos para a fase de implantação, não define mecanismos para cobrir os maiores despesas de operação e manutenção do programa.
- Entre as principais distorções do PTT, destacam-se:
 - A insuficiência de recursos para cobrir os altos custos de implantação, operação e manutenção do programa de universalização;
 - O caso de avaliação das tarifas de energia em regiões menos desenvolvidas, onde os impactos tarifários do PTT são mais expressivos;
 - O entapenamento do ambiente regulatório, devido à indefinição das regras de universalização e a aplicação precária de critérios inconsistentes com as regras anteriormente definidas pela própria Agência Reguladora.
- Diante deste cenário, é necessária a reavaliação urgente do programa de forma a compatibilizá-lo com a capacidade de pagamento da sociedade, com os critérios de concessão e com as regras vigentes à época da concessão dos investimentos.
- A reavaliação do programa é fundamental para que sua implantação ocorra de forma contínua e sustentável, tanto para as empresas quanto para os consumidores, evitando a perda de qualidade na prestação dos serviços ou a universalização das tarifas em regiões menos desenvolvidas.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#6 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Sigapet/Conselheiros em Energia.

Tarifa de Baixa Renda

Este volume do caderno aborda o ambiente regulatório em que operam as distribuidoras de energia elétrica, sua atuação e desafios. Também aborda o modelo de concessão de serviços de distribuição de energia elétrica, a política tarifária e sua evolução sob a supervisão do setor.

Sumário Executivo

- A aplicação de subsídios para reduzir o custo da energia elétrica consumida pelos segmentos mais pobres da população é uma prática comum em países subdesenvolvidos e um importante instrumento de inclusão social.
- Por se tratar de uma política pública voltada à redistribuição de renda, cabe ao Estado promover as iniciativas dessa natureza.
- O sucesso de Programas de Baixa Renda depende do atendimento de um conjunto de princípios básicos relativos ao seu planejamento, implementação e operação.
- Os objetivos devem ser claros e concisos em conjunto com outras iniciativas de desenvolvimento social existentes;
- O programa deve ter critérios objetivos para delimitar quem são e onde estão os grupos-alvo que serão beneficiados;
- Os subsídios devem ser suficientes para garantir o retorno dos investimentos e a cobertura de todos os custos do programa;
- As fontes de recursos devem ser efetivas para que os subsídios sejam aplicados de forma sustentada ao longo do tempo;
- O programa deve contar com etapas de fiscalização para garantir a adequada alocação dos recursos mobilizados;
- Da forma como está sendo conduzido, o atual Programa de Baixa Renda tem enfrentado uma série de dificuldades que comprometem o alcance de seus objetivos:
 - O critério para identificação dos beneficiários é impreciso, causando distorções entre a renda dos consumidores atendidos e os objetivos do programa, principalmente a exclusão de famílias pobres, que deveriam ser beneficiadas;
 - A fiscalização do grupo-alvo é realizada após a concessão dos benefícios, gerando incompatibilidades entre os conjuntos de consumidores beneficiados e reconhecidos pelo órgão regulador;
 - A inconsistência na aplicação das regras gera recorrentes atrasos no encaminhamento de decretos já concebidos, o que compromete o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de eletricidade, responsáveis pela implementação do programa.
- Diante deste quadro, propõe-se:
 - Que o Governo assumira a responsabilidade por identificar os consumidores de baixa renda, cabendo às distribuidoras somente realizar o enquadramento dos beneficiários;
 - O aprimoramento da base de dados do Governo no sentido de ampliar e melhorar a identificação do grupo-alvo a ser beneficiado;
 - O estabelecimento de rotinas de verificação e controle para garantir a adequada aplicação dos recursos envolvidos no programa.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#5 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Sigapet/Conselheiros em Energia.

Perdas e Inadimplência no Setor Elétrico

Este volume do caderno aborda o ambiente regulatório em que operam as distribuidoras de energia elétrica, sua atuação e desafios. Também aborda o modelo de concessão de serviços de distribuição de energia elétrica, a política tarifária e sua evolução sob a supervisão do setor.

Sumário Executivo

- As Perdas Não Técnicas (furos) e a Inadimplência no setor elétrico geram prejuízos da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano, com importantes reflexos sobre o valor da tarifa e sobre a eficiência econômica do país.
- Esses problemas derivam de fatores sócio-econômicos que estapolum a capacidade de gestão das distribuidoras, motivo pelo qual cabe ao Estado criar os instrumentos para combatê-los. Destes os possíveis instrumentos, pode-se destacar:
 - A melhoria do nível sócio-econômico das regiões atendidas;
 - A promoção de programas para esdencimento da sociedade e financiamento de projetos de combate às Perdas e à Inadimplência;
 - Incentivos regulatórios para que as distribuidoras agam nesta mesma direção.
- A regulação atual não fornece incentivos adequados para que as empresas combatam eficientemente as Perdas e a Inadimplência:
 - Não há uma metodologia clara, transparente e reprodutível pelo agente para a definição de metas de Perdas e Inadimplência;
 - Algumas metas são pouco realistas e não respeitam as particularidades do mercado de cada empresa;
 - Os recursos tarifários são insuficientes para aprofundar as iniciativas de combate, que a partir de determinado ponto, embora socialmente desejáveis, são inviáveis do ponto de vista econômico;
- Propõe-se a utilização de uma metodologia que defina a meta regulatória como aquela em que a receita a bruto da redução das perdas e da inadimplência iguala o custo associado ao seu combate e que permita recursos tarifários para viabilizar o aprofundamento das iniciativas quando elas não forem economicamente viáveis.
- Como o desenvolvimento da metodologia não pode ser feito de imediato, sugere-se que:
 - Para o 1º Ciclo de Perdas e Inadimplência (PII), os custos das Perdas e da Inadimplência sejam implementados em forma de compensação às com a realidade das empresas e das populações por elas atendidas;
 - A metodologia proposta seja implementada a partir do 2º Ciclo de IPI, após profunda discussão com os agentes do setor.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

Programa de Universalização

Diagnóstico

Universalização: Construção da infra-estrutura para conectar regiões e localidades sem acesso ao serviço de distribuição de energia elétrica

- ❑ A universalização da energia elétrica é uma importante ferramenta de inclusão social que deve ser mantida e aprimorada**

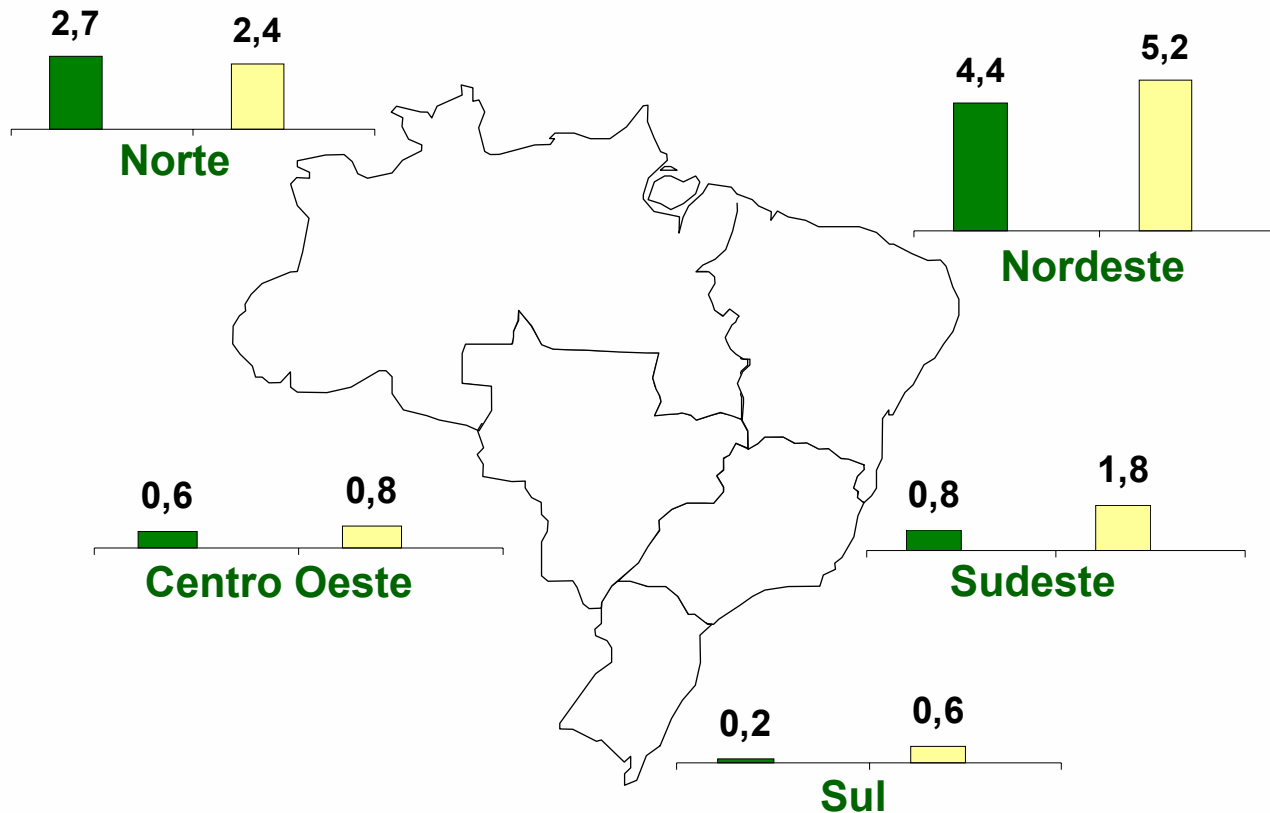
- ❑ Entretanto, da forma como está sendo conduzido, o Programa Luz para Todos não é sustentável**
 - Os recursos são insuficientes para cobrir as despesas com a operação e manutenção do programa**

 - O impacto tarifário do programa pode inviabilizar as tarifas de energia em regiões mais pobres**

Programa de Universalização

Desafios

Objetivos de Universalização ((2003 – 2008)



Investimento total:
R\$ 8,7 bilhões

Abrangência:
10,8 milhões de
pessoas

 Investimento (R\$ bilhões)

 Pessoas atendidas (milhões)

Programa de Universalização

Fontes de Financiamento

Para os Investimentos

Recursos	Participação
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	10% - 65%
Reserva Global de Reversão – RGR	Variável
Concessionárias de Distribuição	10% a 15%
Estados	10% (média)

 Recursos recolhidos dos consumidores via tarifa de energia

Para a Operação e a Manutenção

- Ausência de cobertura para os altos custos de operação e manutenção do programa
- Inviabilidade do repasse dos déficits aos consumidores:
 - Baixa capacidade de pagamento dos beneficiados
 - Impacto tarifário

O Programa Luz para Todos não conta com recursos do Governo Federal

Programa de Universalização

Exemplos

Mudanças em regras anteriormente definidas

Receita Requerida para Cobrir os Custos

Custos Operacionais

+

Custos de Capital

+

Reposição dos Ativos

Não reconhecimento dos custos da universalização

Remuneração dos investimentos feita a uma taxa diferente da existente no momento dos investimentos

- Tx. Investimentos: 17,06%
- Tx. Remuneração: 15,08%

Depreciação substituída pela reposição integral ao final da vida útil dos ativos

Programa de Universalização

Propostas

- Rever as metas de universalização de forma a adequá-las à realidade econômica das regiões atendidas
- Definir mecanismos alternativos de compensação do déficit compatíveis com a capacidade de pagamento da sociedade
- Respeitar os critérios de cálculo do déficit definidos no início da implementação do Programa Luz para Todos
- Participação do Governo Federal no financiamento do programa

Painel II

Distribuidoras e Desenvolvimento Econômico e Social

#2 OUTUBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia.

A Universalização dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Sumário Executivo

- O Programa Tarifa Para Todos (PTT) é uma política pública de responsabilidade do Estado e tem objetivos de universalizar o serviço de eletricidade e promover o inclusão social.
- Os programas de universalização da distribuição de energia elétrica apresentam as seguintes características:
 - Alvos investimentos para expansão da rede, devido à conexão de clientes distantes da linha estrutural já existente;
 - Alvos custos operacionais decorrentes do aumento da distância e consequente redução da produtividade das equipes de operação e manutenção de redes;
 - Baixa consumo e baixa capacidade de pagamento dos serviços pela população beneficiada, normalmente localizada em regiões de menor desenvolvimento econômico;
- Devido a essas características, a conta de luz para os clientes beneficiados é insuficiente para cobrir os elevados custos do programa, o que exige do governo a compensação do déficit gerado por esses consumidores.
- Cabe ao Estado equalizar os benefícios e os custos sociais de um programa dessa natureza e definir os subsídios necessários para viabilizar sua sustentabilidade.
- Da forma como está sendo conduzido o PTT não é sustentável, pois, após de estabelecer fontes de recursos para a fase de implantação, não define mecanismos para custear as maiores despesas de operação e manutenção do programa.
- Dentre as principais distorções do PTT, destacam-se:
 - A identificação de recursos para cobrir os altos custos de implantação, operação e manutenção do programa de universalização;
 - O risco de inviabilização das tarifas de energia em regiões menos desenvolvidas, onde os impactos tarifários do PTT são mais expressivos;
 - O entapamento do ambiente regulatório, devido à identificação das regras de universalização e a aplicação posterior de critérios inconsistentes com as regras anteriormente definidas pela própria Agência Reguladora;
- Diante deste cenário, é necessária a reavaliação urgente do programa de forma a compatibilizá-lo com a capacidade de pagamento da sociedade, com os contratos de concessão e com as regras vigentes à época da execução dos investimentos.
- A reavaliação do programa é fundamental para que sua implementação ocorra de forma contínua e sustentável, tanto para as empresas quanto para os consumidores, evitando a queda de qualidade na prestação dos serviços ou a renúncia das tarifas em regiões menos desenvolvidas.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#6 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia.

Tarifa de Baixa Renda

Sumário Executivo

- A aplicação de subsídios para reduzir o custo da energia elétrica consumida pelo segmento mais pobre da população é uma prática comum em países subdesenvolvidos e um importante instrumento de inclusão social.
- Por se tratar de uma política pública voltada à redistribuição de renda, cabe ao Estado promover as seguintes ações básicas:
 - O sucesso de Programas de Baixa Renda depende do atendimento de um conjunto de princípios básicos relativos ao seu planejamento, implementação e operação;
 - Os objetivos devem ser claros e consolidados em conjunto com outras iniciativas de desenvolvimento social assistente;
 - O programa deve ter critérios objetivos para delimitar quais são e onde estão os grupos-alvo que serão beneficiados;
 - Os subsídios devem ser suficientes para garantir o retorno dos investimentos e a cobertura de todos os custos do programa;
 - As fontes de recursos devem ser estáveis para que os subsídios sejam aplicados de forma sustentada ao longo do tempo;
 - O programa deve contar com rotinas de fiscalização para garantir a adequada alocação dos recursos mobilizados;
- Da forma como está sendo conduzido o atual Programa de Baixa Renda tem enfrentado uma série de dificuldades que comprometem o alcance de seus objetivos:
 - Critério para identificação dos beneficiários e inspeção, criando distorções entre a renda dos consumidores atendidos e os objetivos do programa, principalmente a exclusão de famílias pobres, que deixaram de ser beneficiadas;
 - A fiscalização do grupo-alvo é realizada após a concessão dos benefícios, gerando incompatibilidades entre os conjuntos de consumidores beneficiados e selecionados pelo órgão regulador;
 - A inconsistência na aplicação das regras gera recorrentes atrasos no ressarcimento de descontos já concedidos, o que compromete o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de eletricidade, responsáveis pela implementação do programa;
- Diante deste quadro, propõe-se:
 - Que o Governo assumira a responsabilidade por identificar os consumidores de baixa renda, cabendo às distribuidoras somente realizar o equiparamento dos beneficiários e o apontamento da base de dados do Governo no sentido de ampliar e melhorar a identificação do grupo-alvo a ser beneficiado;
 - O estabelecimento de rotinas de verificação e controle para garantir a adequada aplicação dos recursos envolvidos no programa;

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#5 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com o apoio técnico da Agência Reguladora de Energia.

Perdas e Inadimplência no Setor Elétrico

Sumário Executivo

- As Perdas Não Técnicas (PNT) e a Inadimplência no setor elétrico geram prejuízos da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano, com importantes reflexos sobre o valor da tarifa e sobre a eficiência econômica do país.
- Esses problemas decorrem de fatores sócio-econômicos que extrapolam a capacidade de gestão das distribuidoras, motivo pelo qual cabe ao Estado criar os instrumentos para combatê-las. Dentre os possíveis instrumentos, podem-se destacar:
 - A melhoria do nível sócio-econômico das regiões atendidas;
 - A promoção de programas para encorajamento da sociedade e financiamento de projetos de combate às Perdas e à Inadimplência;
 - Instrumentos regulatórios que as distribuidoras sejam nessa mesma direção;
- A regulação atual não fornece incentivos adequados para que as empresas combatam eficientemente as Perdas e a Inadimplência:
 - Não há uma metodologia clara, transparente e reproduzível pelo agente para a definição de metas de Perdas e Inadimplência;
 - Algumas metas são pouco realistas e não respeitam as particularidades do mercado de cada empresa;
 - Os recursos tarifários são insuficientes para aprofundar as iniciativas de combate, que a partir de determinado ponto, embora socialmente desejáveis, não tornam o ponto de vista econômico;
- Propõe-se a utilização de uma metodologia que defina a meta regulatória como aquela em que a receita obtida da redução das perdas e da inadimplência seja igual ou muito superior ao seu combate e que proporcione recursos tarifários para subsidiar o aperfeiçoamento das estruturas quando elas não forem economicamente viáveis.
- Como o desenvolvimento da metodologia não pode ser feito de imediato, sugere-se que:
 - Para o 2º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), as metas de Perdas e Inadimplência sejam inicialmente emitidas de forma a compatibilizá-las com a realidade das empresas e das populações por elas atendidas;
 - A metodologia proposta seja implementada a partir do 3º Ciclo de RTP, após profunda discussão com os agentes do setor;

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

Tarifa de Baixa Renda

Diagnóstico

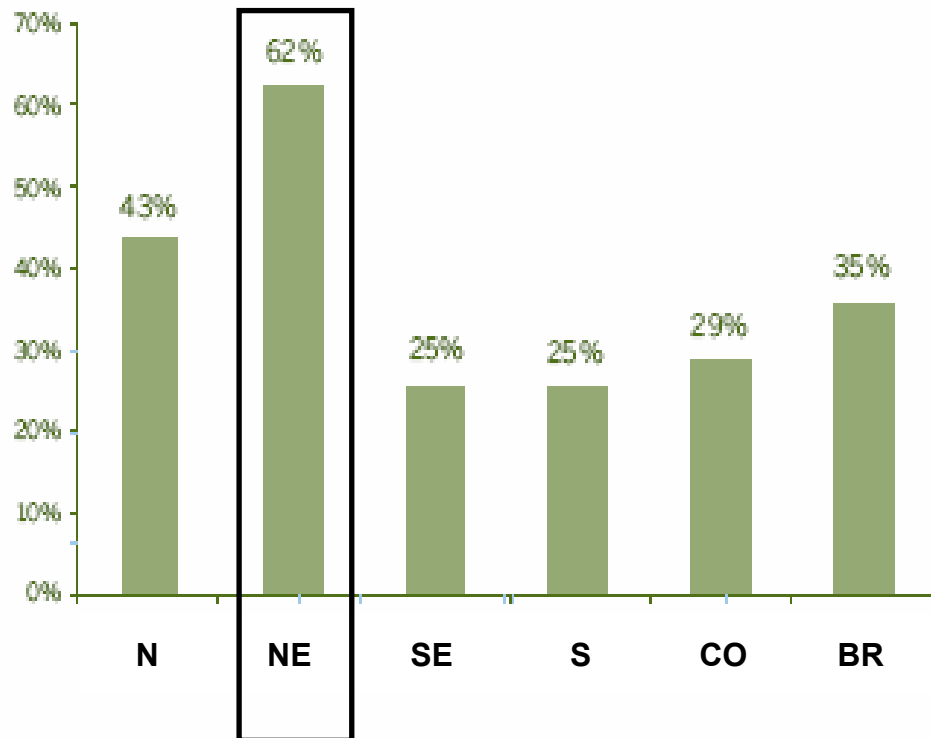
Tarifa de Baixa Renda: Subsídio para reduzir o custo da energia elétrica consumida pelos segmentos mais pobres da população

- O critério para identificação dos beneficiários é impreciso, criando incompatibilidade entre a renda dos consumidores atendidos e os objetivos do programa (ex.: exclusão de famílias pobres que deveriam ser beneficiadas)
- A fiscalização é realizada após a concessão dos benefícios, o que gera divergência entre consumidores beneficiados e consumidores reconhecidos pelo regulador
- Recorrentes atrasos no ressarcimento de descontos já concedidos pelas empresas

Tarifa de Baixa Renda

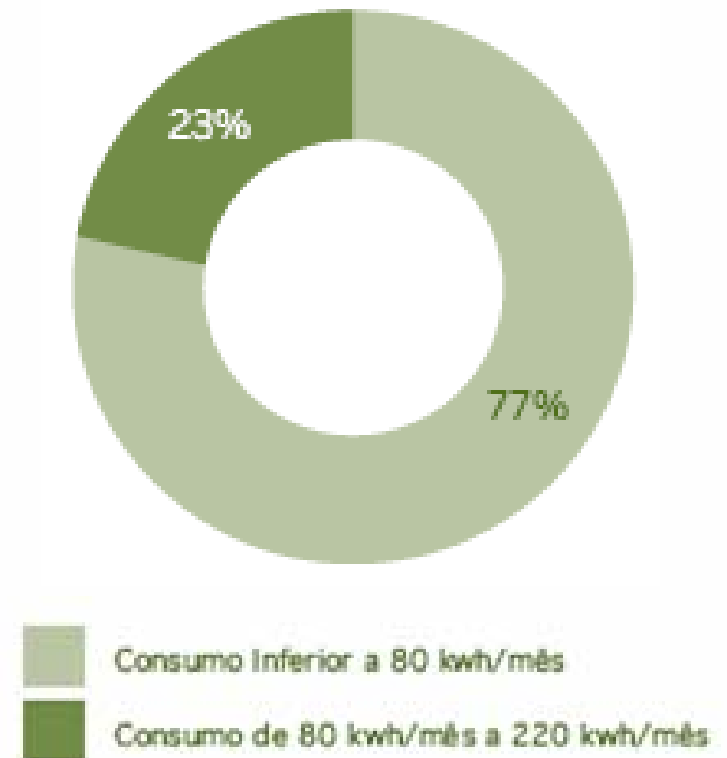
Desafios

Consumidores de Baixa Renda Proporção do Total de Consumidores



Fonte: ANEEL Dados referentes a julho de 2007

Consumidores de Baixa Renda Perfil de Consumo de Energia



Fonte: ANEEL Dados referentes a julho de 2007

Tarifa de Baixa Renda

Princípios para Implementação



Objetivo

Grupo-alvo

**Tamanho do
Benefício**

**Fonte de
Financiamento**

**Ferramentas de
Controle**

Por que fazer um programa de Baixa Renda?

Quem são e onde estão os segmentos de baixa renda?

Quanto os integrantes dos segmentos de baixa renda receberão?

A quem compete pagar pelos benefícios concedidos?

Como articular o levantamento de recursos e sua transferência na forma de benefício?

Como assegurar que não faltem recursos?

Como minimizar as fraudes?

Como monitorar o alcance dos segmentos-alvo?

Como acompanhar a evolução das condições socioeconômicas das comunidades atendidas?

Tarifa de Baixa Renda

Propostas

- ❑ A identificação dos consumidores de baixa renda deve ser responsabilidade do Governo, cabendo às empresas apenas a concessão dos benefícios
- ❑ Aprimorar a base de dados do Governo no sentido de ampliar e melhorar a identificação do grupo-alvo a ser beneficiado
- ❑ Estabelecer rotinas de verificação, formalizadas antecipadamente entre as concessionárias e o regulador, para garantir a adequada aplicação dos recursos envolvidos no programa

Painel II

Distribuidoras e Desenvolvimento Econômico e Social

#2 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Reguladora de Energia.

A Universalização dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Sumário Executivo

- Programa Tarifa Para Todos (PTT) é uma política pública de responsabilidade do Estado e tem os objetivos de universalizar o serviço de eletricidade e promover o inclusão social.
- Os programas de universalização da distribuição de energia elétrica apresentam as seguintes características:
 - Alto investimento para expansão da rede, devido à conexão de clientes distantes da infraestrutura já existente.
 - Alto custo operacional decorrente do aumento das distâncias e consequente redução da produtividade das equipes de operação e manutenção de rede.
 - Baixa consumo e baixa capacidade de pagamento dos serviços pela população beneficiada, normalmente localizada em regiões de menor desenvolvimento econômico.
- Devendo a essas características, a conta de luz paga pelos clientes beneficiados é insustentável para cobrir os elevados custos do programa, o que exige do governo a compensação do déficit gerado por esses consumidores.
- Cabe ao Estado equacionar os benefícios e os custos sociais de um programa dessa natureza e definir os subsídios necessários para viabilizar sua sustentabilidade.
- Do forma como está sendo conduzido o PTT não é sustentável, pois, apesar de estabelecer fontes de recursos para a fase de implantação, não define mecanismos para cobrir as maiores despesas de operação e manutenção do programa.
- Diante as principais distorções do PTT, destacam-se:
 - A insustentabilidade de recursos para cobrir os altos custos de implantação, operação e manutenção do programa de universalização.
 - O risco de saturação das tarifas de energia em regiões menos desenvolvidas, onde os impactos tarifários do PTT são mais expressivos.
 - O entropimento do ambiente regulatório, devido à indefinição das regras de universalização e à aplicação provisória de critérios inconsistentes com as regras anteriormente definidas pela própria Agência Reguladora.
- Diante deste cenário, é necessária a reavaliação urgente do programa de forma a compatibilizá-lo com a capacidade de pagamento da sociedade, com os critérios de coerência e com as regras vigentes à época da execução dos investimentos.
- A reavaliação do programa é fundamental para que sua implantação ocorra de forma contínua e sustentável, tanto para as empresas quanto para os consumidores, evitando a queda de qualidade na prestação dos serviços ou a interrupção das tarifas em regiões menos desenvolvidas.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#6 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Reguladora de Energia.

Tarifa de Baixa Renda

Sumário Executivo

- A aplicação de subsídios para reduzir o custo da energia elétrica consumida pelos segmentos mais pobres da população é uma prática comum em países subdesenvolvidos e um importante instrumento de inclusão social.
- Por se tratar de uma política pública voltada à redistribuição de renda, cabe ao Estado promover as iniciativas dessa natureza.
- O sucesso do Programa de Baixa Renda depende do atendimento de um conjunto de princípios básicos relativos ao seu planejamento, implementação e operação:
 - Os objetivos devem ser claros e concisos e em conjunto com outras iniciativas de desenvolvimento social existentes.
 - O programa deve ter critérios objetivos para delimitar quem são e onde estão os grupos-alvo que serão beneficiados.
 - Os subsídios devem ser suficientes para garantir o retorno dos investimentos e a cobertura de todos os custos do programa.
 - As fontes de recursos devem ser estáveis para que os subsídios sejam aplicados de forma sustentada ao longo do tempo.
 - O programa deve contar com regras de fiscalização para garantir a adequada alocação dos recursos mobilizados.
- Da forma como está sendo conduzido, o atual Programa de Baixa Renda tem enfrentado uma série de dificuldades que comprometem o alcance de seus objetivos:
 - O critério para identificação dos beneficiários é impreciso, criando distorções entre a renda dos consumidores atendidos e os objetivos do programa, principalmente a exclusão de famílias pobres, que deveriam ser beneficiadas.
 - A fiscalização do grupo-alvo é realizada após a concessão dos benefícios, gerando incompatibilidades entre os conjuntos de consumidores beneficiados e reconhecidos pelo órgão regulador.
 - A inconsistência na aplicação das regras gera recorrentes atrasos no ressarcimento de descontos já concedidos, o que compromete o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de eletricidade, responsáveis pela implementação do programa.
- Diante deste cenário, propõe-se:
 - Que o Governo assumira a responsabilidade por identificar os consumidores de baixa renda, cabendo às distribuidoras somente realizar o enquadramento dos beneficiários e implementar a concessão dos benefícios.
 - O aprimoramento da base de dados do Governo no sentido de ampliar e melhorar a identificação do grupo-alvo a ser beneficiado.
 - O estabelecimento de regras de fiscalização e controle para garantir a adequada aplicação dos recursos envolvidos no programa.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

#5 DEZEMBRO 2007

Cadernos de Política Tarifária
ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA E DA REGULAÇÃO POR INCENTIVOS

Os Cadernos de Política Tarifária foram desenvolvidos com a participação da Agência Reguladora de Energia.

Perdas e Inadimplância no Setor Elétrico

Sumário Executivo

- As Perdas Não Técnicas (PNTs) e a Inadimplância no setor elétrico geram prejuízo da ordem de R\$ 6 bilhões ao ano, com importante reflexo sobre o valor da tarifa e sobre a eficiência econômica do país.
- Esses problemas derivam de fatores socio-econômicos que extrapolam a capacidade de gestão das distribuidoras, motivo pelo qual cabe ao Estado criar os instrumentos para combatê-los. Dentre as possíveis alternativas, pode-se destacar:
 - A melhoria do nível socio-econômico das regiões atendidas.
 - A priorização de programas para o desenvolvimento da sociedade e financiamento de projetos de combate às Perdas e Inadimplância.
 - Incentivos regulatórios para que as distribuidoras ajam nessa mesma direção.
- A regulação atual não fornece incentivos adequados para que as empresas combatam efetivamente as Perdas e Inadimplância:
 - Não há uma metodologia clara, transparente e reproduzível pelos agentes para a definição de metas de Perdas e Inadimplância.
 - Algumas metas são pouco realistas e não repassam as particularidades do mercado de cada empresa.
 - Os recursos tarifários são insuficientes para apenhorar as iniciativas de combate, que a partir de determinado ponto, embora economicamente desejáveis, não trazem o ponto de vista econômico.
- Propõe-se a utilização de uma metodologia que defina a meta regulatória como aquela em que a receita obtida da redução das perdas e da inadimplância iguale o custo associado ao seu combate e que preveja incentivos tarifários para viabilizar e apenhoramento das iniciativas quando elas não forem economicamente viáveis.
- Como desenvolvimento da metodologia não pode ser feito de imediato, sugere-se que:
 - Para o 1º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), as metas de Perdas e de Inadimplância sejam estabelecidas em função de metas a curto prazo, com a redução das perdas e da população por elas afetadas.
 - A metodologia proposta seja implementada a partir do 2º Ciclo de RTP, após profunda discussão com os agentes do setor.

Os cadernos acima estão disponíveis em www.acendebrasil.com.br

Perdas e Inadimplência

Diagnóstico

Perdas Técnicas: dissipação da energia transmitida na forma de calor

Perdas Não Técnicas: fraudes e furtos de energia (“gatos”)

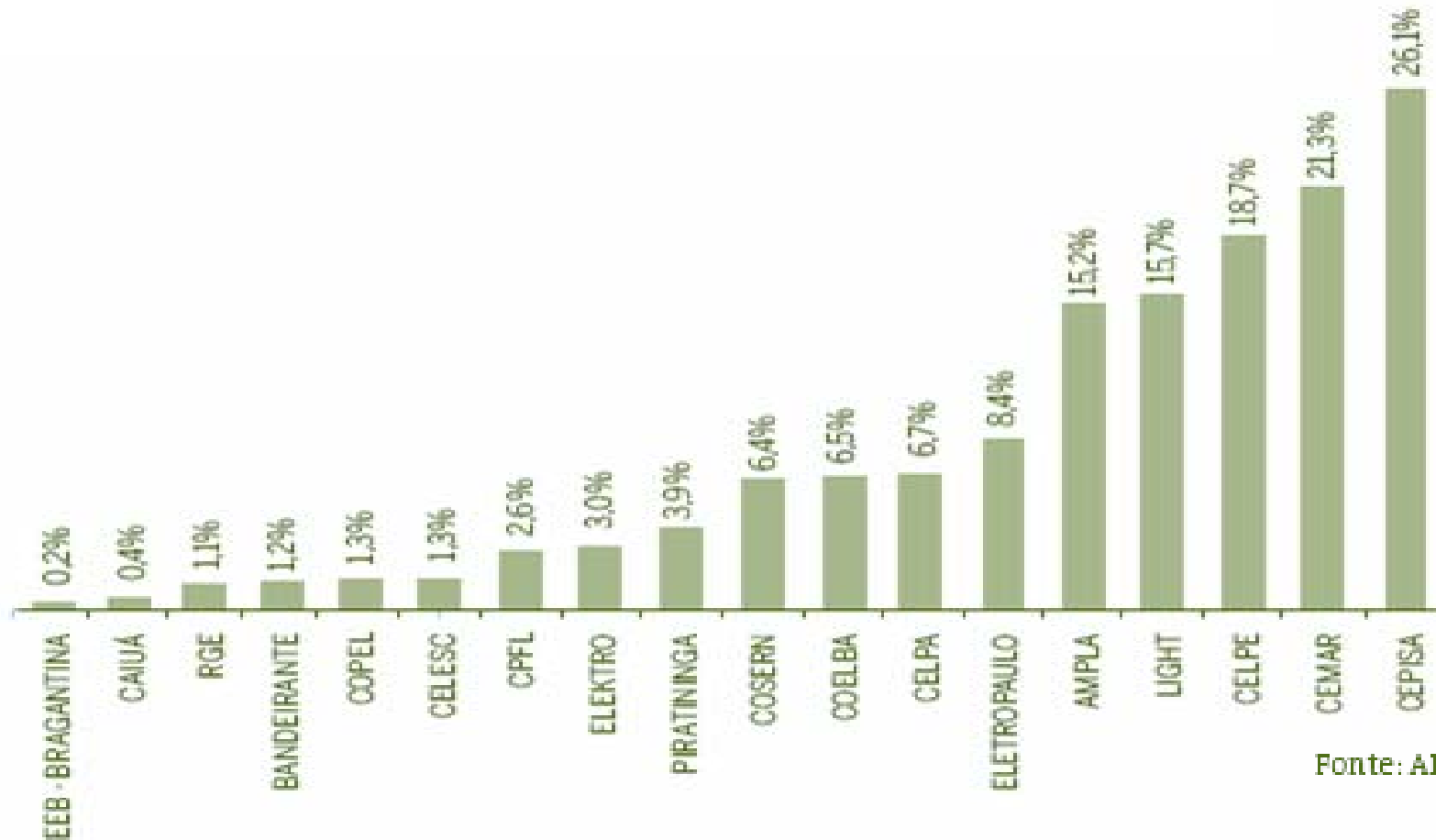
Inadimplência: receita faturada e não recebida pela distribuidoras

- Não há uma metodologia clara, transparente e reprodutível pelos agentes para a definição de metas de Perdas e Inadimplência
- Algumas metas são pouco realistas e não respeitam as particularidades do mercado de cada empresa

Perdas e Inadimplência

Caracterização

Perdas Comerciais (% do Mercado de Venda de Energia)

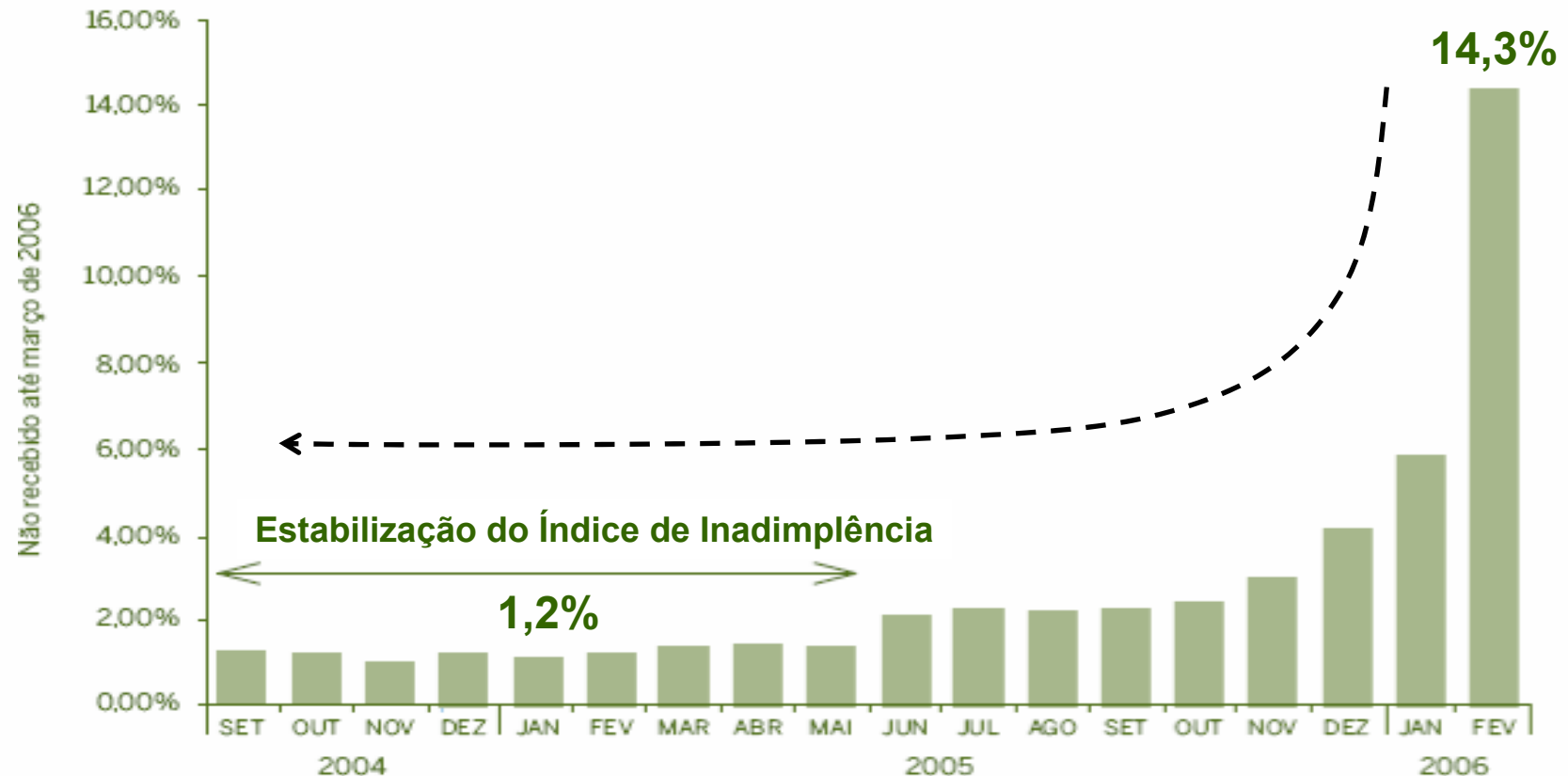


Fonte: ANEEL, 2005.

Perdas e Inadimplência

Caracterização

Índice de Inadimplência de uma Amostra de 20 Concessionárias (Março, 2006)



Perdas e Inadimplência

Exemplos

Custos Operacionais para Combate às Perdas Não Técnicas

Concessionária	Custos Informados pelas empresas (Milhões R\$)	Custos Reconhecidos Pela ANEEL (Milhões R\$)
BANDEIRANTE	7,1	0
ELETROPAULO	58,0	0
ESCELSA	6,6	2,6
COELCE	31,4	0

Fonte: Audiências Públicas ANEEL nº 04, 14, 25 e 34/2007

- ❑ As empresas desconhecem os critérios que levaram ao não reconhecimento dos custos

Nível de Inadimplência

Concessionária	Inadimplência (%)	ANEEL (%) (Provisório)
CELPA	1,50	0,5
COELCE	1,12	0,5
ELETROPAULO	1,27	0,5
ESCELSA	1,00	0,5

Fonte: Audiências Públicas ANEEL nº 04, 14, 25 e 26 / 2007

- ❑ As metas de inadimplência não podem ser iguais para mercados tão diferentes

Perdas e Inadimplência

Propostas

Para o 2º Ciclo de Revisão Tarifária

- ❑ Rever as metas de perdas e inadimplência de forma a compatibilizá-las com a realidade das empresas e das populações por elas atendidas

Para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária

- ❑ Desenvolver metodologia em que equilibre a receita advinda da redução das perdas e da inadimplência e o custo associado ao seu combate (próximo slide)
- ❑ Estabelecer recursos tarifários para viabilizar o aprofundamento das iniciativas além deste do ponto de equilíbrio

Perdas e Inadimplência

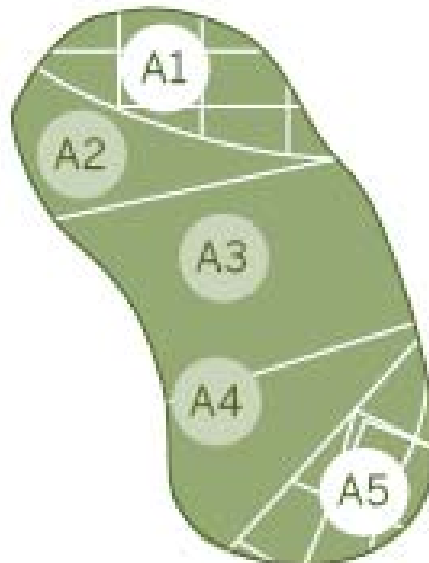
Propostas

Quadro 7: Exemplo de Uso da Técnica de *Benchmarking*

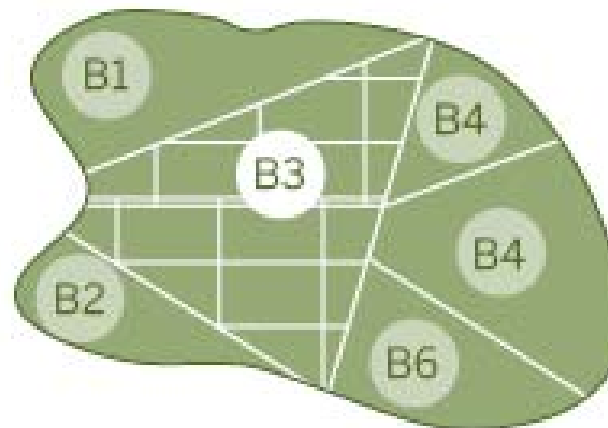
A figura abaixo apresenta três distribuidoras (A, B e Z) que tiveram suas áreas de concessão segmentadas de acordo com a semelhança de suas características socioeconômicas, tecnológicas e de mercado. Observa-se que as áreas A1, A5, e Z2 são "semelhantes", podendo, portanto, ser comparadas em determinados critérios previamente definidos (variáveis explicativas), tais como renda per capita, número de clientes residenciais com baixa renda, estado de conservação das redes, etc.

Sendo assim, se dentre as áreas semelhantes apresentadas, a área B3 fosse a mais eficiente no combate às perdas (custo e benefício), as melhores práticas seriam capturadas e aplicadas aos modelos regulatórios das distribuidoras A e Z, especificamente para as áreas A1, A5 e Z2.

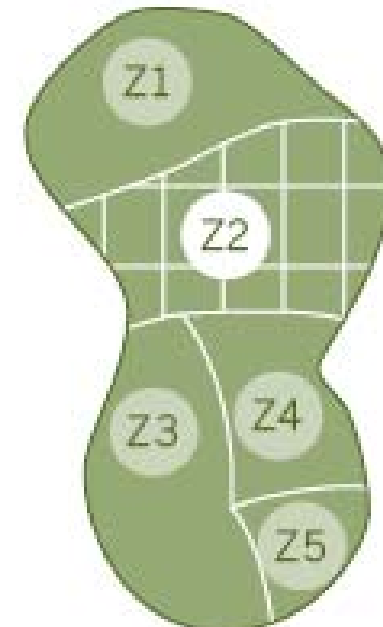
Distribuidora A



Distribuidora B



Distribuidora Z



Resumo das Propostas

Universalização

- ❑ Rever as metas para adequá-las à realidade econômica das regiões atendidas
- ❑ Definir mecanismos alternativos de compensação do déficit compatíveis com a capacidade de pagamento da sociedade
- ❑ Respeitar os critérios de cálculo do déficit definidos no início da implementação do Programa Luz para Todos
- ❑ Participação do Governo Federal no financiamento do programa

Baixa Renda

- ❑ A identificação dos consumidores de baixa renda deve ser responsabilidade do Governo, cabendo às empresas apenas a concessão dos benefícios
- ❑ Aprimorar a base de dados do Governo no sentido de ampliar e melhorar a identificação do grupo-alvo a ser beneficiado
- ❑ Estabelecer rotinas de verificação, formalizadas antecipadamente entre as concessionárias e o regulador, para garantir a adequada aplicação dos recursos envolvidos no programa

Resumo das Propostas

Perdas e Inadimplência

Para o 2o Ciclo de Revisão Tarifária

- ❑ Rever as metas de perdas e inadimplência de forma a compatibilizá-las com a realidade das empresas e das populações por elas atendidas

Para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária

- ❑ Desenvolver metodologia em que equilibre a receita advinda da redução das perdas e da inadimplência e o custo associado ao seu combate
- ❑ Estabelecer recursos tarifários para viabilizar o aprofundamento das iniciativas além deste do ponto de equilíbrio

Saiba mais em:
www.acendebrasil.com.br

Patrocínio:

